



Luiz Reis

Rio+20

# Economia verde ou verde-vermelha?

Ignacy Sachs

Professor Emérito da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris.

Quarenta anos após a histórica Conferência de Estocolmo e vinte anos após a primeira Cúpula do Rio de Janeiro, as Nações Unidas houveram por bem reunir pela segunda vez na cidade maravilhosa (belo tributo à militância do Brasil) um terceiro megaevento para avaliar e, esperamos, corrigir o tormentoso processo de desenvolvimento-maldesenvolvimento dos tripulantes-passageiros da nave espacial Terra, lembrando que seremos nove bilhões em meados do século.

Se dependesse de mim, eu escolheria a bandeira verde-vermelha como símbolo deste megaevento.

Concordo com várias críticas levantadas a respeito da economia verde. Não por subestimar a importância da dimensão ambiental do desenvolvimento, e sim para protestar contra a maneira como está sendo empurrada para baixo do tapete a enorme dívida social acumulada ao longo dos últimos séculos, responsável por diferenças abissais de nível de vida entre e dentro de nações.

O desenvolvimento é um conceito tridimensional. Os seus objetivos são sempre sociais. Todos os habitantes – tripulantes da nave espacial Terra – têm direitos iguais à oportunidade de viver uma vida que tenha um sentido mais rico que a mera sobrevivência, dispondo para tanto de um acesso equitativo aos serviços de educação e proteção social. Mais do que nunca, devemos colocar na nossa agenda o direito universal ao Estado Providência (*Welfare State*) e ao pleno emprego, cabendo aos países desenvolvidos e à Organização das Nações Unidas (ONU) prestar assistência aos menos desenvolvidos na realização desses objetivos.

Dito isso, sempre haverá os que aproveitarão as chances que lhes estão sendo dadas pela sociedade e aqueles que as deixarão passar. Em última instância, as trajetórias biográficas são sempre individuais.

A segunda dimensão é ambiental. A continuidade do processo de desenvolvimento requer a não destruição do capital da natureza, de maneira a que gerações sucessivas possam desfrutar do consumo dos bens dele extraídos, à condição de não irem muito além da satisfação das necessidades básicas: Gandhi tinha razão ao dizer *needs not greed* (necessidades e não concupiscência) com respeito ao consumo material. Em compensação, no consumo imaterial, o céu é o limite. Por isso, o

futuro deverá passar por uma redistribuição do tempo hábil da sociedade entre o *homo faber* e o *homo ludens* (J. Huizinga) em benefício deste último.

Estamos, porém, longe ainda desta mudança de rumo, tanto mais que as economias capitalistas se comprazem em incentivar o consumismo irrestrito. Os futuros historiadores dirão se a segunda Cúpula do Rio de Janeiro conseguiu atuar como uma divisória neste respeito.

A terceira dimensão, a mais difícil a lograr, é a viabilidade econômica, sem a qual nada acontecerá por maiores que sejam as nossas juras de amor à bandeira verde-vermelha. As Nações Unidas têm neste respeito uma tríplice responsabilidade.

Por um lado, explicitar, a partir do tripé finalidade social, condicionalidade ambiental, viabilidade econômica, o contrato social que deverá servir de base aos planos de desenvolvimento dos países-membros das Nações Unidas para o período 2016-2030. Lembremos a este respeito que estamos festejando este ano o tricentenário do nascimento de Jean-Jacques Rousseau e 250 anos decorridos desde a publicação do seu seminal *Du Contrat Social*.

Por outro lado, ajudar os países-membros das Nações Unidas no aproveitamento dos recursos renováveis dos diferentes biomas, o que vai nos levar a uma nova geografia de cooperação científica e técnica privilegiando os paralelos mais que os meridianos, com o Brasil e a Índia servindo de abre-alas ao bloco dos países em desenvolvimento.

Por fim, como já tive oportunidade de propor na *Rumos* (janeiro/fevereiro 2012, n° 261), criar um importante Fundo de Desenvolvimento Incluyente e Sustentável financiado por 1% do PIB dos países ricos, a taxa Tobin sobre as especulações financeiras, uma taxa a ser instituída sobre as emissões de carbono e uma sobretaxa sobre as passagens aéreas e fretes marítimos, justificada pelo aproveitamento dos ares e dos oceanos – recursos comuns da humanidade.

Sejamos ambiciosos. Deixados a si mesmos, os mercados têm a vista curta e a pele grossa. O caminho a percorrer passa por um desfiladeiro. Não temos direito ao erro, sob pena de provocar um desastre ambiental e social. Devemos, portanto, reaprender a planejar a nível de cada país-membro das Nações Unidas e a colocar desde já na agenda a elaboração de um megaplano planetário para o período 2031-2050. ■